

Gardou, Ch. (2012). *La société inclusive, parlons-en! Il n'y a pas de vie minuscule* Toulouse: Editions Érès. Collection Connaissances de la diversité: comprendre-comparer; accompagner-soigner; éduquer-enseigner-former (167 páginas).

O livro *La société inclusive, parlons-en! Il n'y a pas de vie minuscule*, de Charles Gardou, abre com um poema repleto de magia e de incitamento à reflexão, pondo em confronto o “eu e o tu”, nos seus desejos, destinos, indiferenças, humilhações, procura de forças, esperança...Atente-se na sua parte final:

-Où puises-tu ta force?
-Où les ténébres sont moins denses,
au détour parfois des nuages.
Au couchant, au levant,
quand la clarté
d'un regard allume l' horizon (p.7)

Da mesma forma, cada uma das sete partes em que está dividido o livro, incluindo um prólogo e um epílogo, é introduzida com um pequeno poema, também de sua autoria, que condensa a ideia principal que nos quer transmitir. Ao longo do livro o autor faz-nos refletir sobre a possível artificialidade ou emancipação do paradigma de sociedade inclusiva. Convida-nos a uma reflexão provocadora, questionando como a amplitude do conceito se pode tornar nefasta. Por um lado, pelas múltiplas aceções que lhe estão atribuídas e a celeridade com que foi expandido, se considerado uma questão retórica, artificial, por ser usado abusivamente; por outro, porque poderá representar uma evolução de valores e práticas, uma nova visão do património humano e social.

Admitindo uma certa perplexidade face à insensibilidade social, o autor sublinha que progresso não se tem revelado sinónimo de equidade, antes desigualdade, competição e sobrevalorização de bens materiais. Também os avanços no domínio do conhecimento científico e técnico, que têm repercussões no planeta e na alteração das condições de vida, não têm diminuído as desigualdades, resultantes do não combate aos fenómenos de exclusão. Segundo o autor “as crescentes dificuldades de uns (...) acompanham sempre as facilidades cada vez maiores dos outros” (p.13). Esta foi a visão que nos apresentou e desenvolveu, partindo de axiomas que dão o mote e finalizam cinco das sete partes em que está dividido o livro. Finaliza o texto com um epílogo, não menos interessante, em que nos faz refletir sobre a sua visão de uma sociedade inclusiva: “uma sociedade sem privilégios, sem exclusividades nem exclusões” (p.145). Segue-se o que o autor apelidou de “fontes e recursos”, uma vasta e diversificada listagem de autores (de 1651

a 2011), compilada em treze longas páginas que são o referente do seu grande capital cultural e científico.

Para desenvolver o **primeiro axioma**: “Ninguém tem a exclusividade do património humano e social”, Charles Gardou chama a atenção para a tendência de um aumento de pessoas em condição de deficiência. Procurando consciencializar sobre o número de pessoas em situação de deficiência, sublinha que numa população mundial de sete mil milhões, mais de mil milhões se encontra em situação de deficiência. Acrescenta que, ao serem incluídos os membros das famílias, que estão direta ou indiretamente implicados, nomeadamente, pais, irmãos, cônjuges, corresponderá a mais de um terço dos habitantes do planeta as pessoas que sofrem o estigma da deficiência. Este número tende ainda a acentuar-se, com o aumento demográfico, com os progressos da medicina, a melhoria dos cuidados neonatais e o aumento da esperança de vida. Aumenta, ainda, por causa dos conflitos armados, onde não só as crianças são mortas, mas mais do triplo fica ferida e em situação de deficiência. A expansão da pobreza, a malnutrição e o trabalho infantil, a toxicod dependência e o vírus da SIDA, os acidentes e problemas ligados ao meio ambiente e as catástrofes de origem natural ou humana são ainda fatores que não só transportam a deficiência para o quotidiano como agudizam as condições de vida dos mais frágeis.

Não considerando as causas apresentadas como o epílogo da problematização da deficiência, Charles Gardou transporta-nos para os obstáculos que povoam a existência das pessoas em situação de deficiência. Como fator de exclusão surge a suposta improdutividade que afasta as pessoas em situação de deficiência da sua comunidade de pertença, tornando-as “expropriadas (...) invisíveis” (p.25). Sublinha que em certas culturas se fez o seu encaminhamento para as periferias, para evitar qualquer contágio. Essa mesma tentação perdura e é validada, quando se colocam “pessoas especiais em locais especiais, sob a responsabilidade de especialistas” (p.25). Vivenciam um “exílio no interior” (p.26) e sob olhares indiferentes, distantes e condenatórios não são aceites nem valorizados como atores sociais dignos de participar na vida da comunidade. Condenando este propósito, cita Michel Foucault que defende que as sociedades são avaliadas, “não pela maneira como elas se afastam dos mortos, mas dos vivos” (p.27).

Confronta-nos com a crueldade perante os mais vulneráveis e a violência, com tendência para predação, inerente ao ser humano e às sociedades, citando Robert Merton, Aristóteles e Platão que classificam os seres de superiores e inferiores. Defendem que aos primeiros, os melhores, destinados a comandar, deve ser dado mais de acordo com o seu mérito e por isso vivem em abundância, aos outros, seres inferiores, subordinados e com o risco de perder o que têm, devem viver na miséria.

Charles Gardou, ao precisar a pertinência do termo *inclusivo*, frisa que uma alteração da relação entre os homens, sem a predominância da dominação de uns sobre os outros, assenta na flexibilização da organização social, de forma a garantir a acessibilidade dos

dispositivos, fontes e serviços coletivos. Ao apresentar uma visão mais abrangente que não apenas centrada na remediação, o autor afirma que uma sociedade inclusiva emana de um investimento global, a nível arquitetónico, social, educativo, pedagógico, profissional e cultural, defendendo que “o que é facilitador para uns, é benéfico para todos” (p.38), rematando com o primeiro axioma do que considera uma sociedade inclusiva: “ninguém tem a exclusividade do património humano e social”.

Para nos fazer refletir sobre o **segundo axioma**: “A exclusividade da norma não é de ninguém, a diversidade é de todos”, no final do seu pequeno/grande poema introdutório afirma que não precisamos de heróis, simplesmente precisamos de estar lá (p.39). O autor indaga como o critério da norma constitui o *ex-libris* das sociedades, impedindo atitudes sustentadas e revela que os avanços científicos mostram ser exímios na busca de uma boa aparência, do ideal, veiculados pelo imaginário social. Cita Mark Schütz que nos seus votos expressava o desejo de “suprimir as pessoas que apresentassem defeitos de aspeto” (p.40), Platão que procurava preservar “a pureza da raça dos guardiões” (p.41) e Aristóteles ao considerar que “a lei deveria proibir a educação de uma criança que apresentasse à nascença alguma deformidade ou imperfeição corporal” (p.41).

Defende que a aplicação do conceito de “normal” é comparável ao controlo de qualidade no domínio da produção, constituindo a causa de gigantescos genocídios. Ao realçar que as pessoas em situação de deficiência não devem ser separadas, confundidas, nem assimiladas, sustenta-se em Aimé Césaire, ao sublinhar que ninguém se deve perder “pela segregação murada no particular ou pela diluição no universal” (p.43). Os vários exemplos que nos apresenta mostram-nos que as pessoas em situação de deficiência não são tipos humanos à parte, estranhos, mas variações enriquecedoras e, por isso, muito mais próximos do que distantes do que é o Homem, na sua diversidade e polifonia.

Considera que a singularidade é uma característica de qualquer ser vivo e que qualquer circunstância adversa pode alterar o percurso de vida, afirmando que “ninguém está protegido de ficar de fora da norma coletiva” (p.49). Para mostrar a ambivalência do conceito da singularidade, que ora é motivo de estranheza, ora é fonte de mérito, cita Sören Kierkegaard que, ao procurar a expressão do caráter único da sua pessoa, solicitou uma inscrição na sua urna que evidenciasse a sua singularidade, a sua diferença, através da citação “ele foi único” (p.49).

Citando Claude Lévi-Strauss, ao considerar que as sociedades comportam, por natureza, uma impureza incompatível com as normas que proclamam, geradoras de injustiça, insensibilidade e crueldade, Charles Gardou afirma que a categorização e indexação, através das quais a singularidade desaparece, resultam da ditadura da norma. Deste modo, defende que é a categorização, termo incumbente de atribuir uma significação negativa pela separação, divisão e eliminação associadas, a causa da perda de identidade, do seu nome, ou seja, uma perda de si mesmo, um encarceramento.

Como a singularidade mobiliza a identidade, a sua inexistência provoca uma “uniformização e anonimato geradores de uma visão abstrata e quantitativa” (p.55) responsáveis, segundo o autor, pela carga caricatural da expressão no plural “os deficientes” que evoca membros de “uma ordem humana e social diferente” (p.55). Tal estigmatização entrava projetos personalizados de educação e de vida e dificulta a interação.

O desafio de uma sociedade inclusiva é desconstruir os universos sociais hierarquizados, para que o eu se transforme em nós, operando um repertório comum da humanidade. Citando Ludwig Feuerbach, diz-nos que humanidade é: “operar brechas nos muros (...) edificar, não barricadas, mas passadeiras entre os territórios compartimentados e fechados (...) abrir vias inéditas aos que esperam nos impasses; facilitar a circulação da seiva no tronco comum” (p.61)

Charles Gardou, para finalizar esta multifacetada reflexão, adverte-nos que “abandonar a nossa postura fetal, original, para alargar o nosso olhar e dar-lhe amplitude, ‘fazer mundo’ a partir do singular, da mestiçagem, da diversidade com as suas bizarras e discontinuidades (...) não é espontâneo, é preciso provocá-lo” (p.62). Assim nos lembra o axioma enunciado: “a exclusividade da norma não é de ninguém, a diversidade é de todos”.

Introduz-nos na reflexão sobre o **terceiro axioma**: “Não há nem vida minúscula, nem vida maiúscula”, mais uma vez, com um pequeno poema que evoca o diálogo e a vivência partilhada, o apelo derradeiro, a compreensão incondicional...

O conceito de vulnerabilidade merece particular destaque, vacilando, segundo o autor, até nos grandes heróis gregos, que foram submetidos à mortalidade. Ressalta que numa sociedade sequiosa de sonhos e de poder há uma recusa avassaladora desse estado, embora o caracterize alguma hibridez, constituindo não só um elo de proximidade, através da fragilidade comum ao ser humano, mas também de afastamento, culminando na rejeição e exclusão. Como exemplo, referiu-se aos países onde a esperança de vida excede os setenta anos, onde, em média, as pessoas vivem oito anos em situação de qualquer deficiência, nomeadamente, física, sensorial, cognitiva ou psíquica. Refere a alegoria fantástica de Franz Kafka, exemplo de deficiência e exclusão, onde transformado em inseto, um homem se vê privado de uma vida social, profissional e, por vezes, familiar, constituindo motivo de repulsa e medo, confinando-se ao seu quarto.

Uma sociedade inclusiva é, também, uma resposta à “necessidade de reconhecimento, de atenção, de simpatia, de consideração” (p.73). Gardou questiona-se, como o fizera Rousseau: “A essência do meu ser está nos olhares dos outros?” (p.73), atribuindo ao reconhecimento do outro a porta de entrada da humanidade. “Ser reconhecido é ver que lhe é atribuído um lugar e um valor, enquanto elemento contributivo na vida coletiva” (p.74). O não reconhecimento, a indiferença e o desprezo sustentam a tortura, a humilhação e revolta, dando origem ao cidadão invisível e “invisível porque a diferença é demasiado visível” (p.76).

A linguagem, através da violência simbólica do poder da palavra, tem um largo poder destrutivo, ou, pelo contrário um poder criador e fortificador. Para o autor "as palavras são olhares" ou, como dizia V. Hugo, "passageiros misteriosos da alma" que "exprimem a nossa realidade profunda e a do corpo social" (p.81). Cita Albert Camus, ao afirmar que "mal nomear é aumentar à infelicidade deste mundo". Para ultrapassar as clivagens e escrever uma história comum, a nossa sociedade tem necessidade de "palavras e conceitos partilhados, inclusivos, em coerência com o direito de todos ao património social, sem contudo apagar a diversidade e a especificidade das situações" (p.84). Conclui esta parte, dizendo que "é preciso fraternidade nas palavras, tal como nos comportamentos", relembrando o valor da fraternidade no lema da República francesa e relembrando também o terceiro axioma caracterizador de uma sociedade inclusiva que deu o mote a esta reflexão: "não há nem vida minúscula, nem vida maiúscula" (p.84).

À semelhança das partes anteriores, Gardou introduz-nos no **quarto axioma**: "Viver sem existir é a mais cruel das exclusões", com um pequeno, profundo e sentido poema que nos obriga a deslocar o nosso 'olhar' para dimensões não exploradas: medo de viver sem existir, medo que os outros não tenham necessidade de mim...

O autor começa por fazer a diferença entre viver e existir, definindo viver um ato biológico, comum a todos os seres vivos; o existir é um atributo da espécie humana que o torna não só membro de um grupo, mas também o implica na co construção da sociedade de pertença. Existir para "inventar a sociedade" (p.86).

As pessoas que se encontram em situação de deficiência, embora façam parte de uma sociedade, paradoxalmente, nutrem um sentimento de não lhes pertencer. Esta desadequação irrompe da dominação do poder dos outros "de mãos de outros que decidem por elas; que tomam conta, sem os ter como sujeitos e atores da sua própria história" (p.89). Privados do direito à insubmissão, reduzidos ao papel de "pacientes", eles rastejam ou sobrevivem por conjugação de fatores internos, associados à sua própria deficiência, mas também por fatores externos, ligados à inadaptação da sociedade.

Acrescenta o autor que a conformidade entre viver e existir só se verifica quando se conhecem os desejos, gostos, opiniões, aspirações de relação, vida afetiva e intimidade, fomentando tempos para ouvir e, conseqüentemente, implicar nas deliberações e decisões. Cita Michel Foucault referindo que "a exclusão da linguagem e da palavra avolumava-se às do trabalho e produção económica, sexualidade, reprodução e atividades lúdicas" (p.113). Cita um provérbio africano que diz que os leões não terão os seus próprios historiadores, enquanto as histórias de caça continuarem a glorificar o caçador. Do mesmo modo, enquanto as pessoas em situação de deficiência não tiverem direito à palavra, as histórias de deficiência não mudarão de rumo e não haverá lugar a uma sociedade inclusiva.

Relata-nos uma série de episódios que nos mostra como a lista de ideias feitas, preconceitos e estereótipos é longa, remontando à antiguidade e perdurando nos nossos

dias, o que faz com que as pessoas em situação de deficiência se encontrem infalivelmente prisioneiras, quer pelos seus próprios limites, quer pelos julgamentos sociais. A sua libertação depende também do meio ambiente familiar, comunitário e social, porém a privação reflete-se em diversos indivíduos, descritos pelo autor, que procuraram antecipar o seu fim biológico. Para este efeito, recupera uma história chinesa, onde um pássaro sem canto e encanto apresenta um custo muito superior ao do seu par, por ter um papel insubstituível: o de compositor. Metáfora para as potencialidades obnubiladas. Neste contexto são apresentadas diversas personalidades, exemplos de um talento artístico que a deficiência não conseguiu ofuscar e também personagens mitológicas em situação de deficiência, detentoras de grandes poderes.

Um outro ponto de reflexão, apontado por Gardou, tem a ver com o acesso à formação. Em França as pessoas em situação de deficiência têm um nível de formação muito inferior à média da população, donde não se pode deduzir, de forma geral, a sua inaptidão para as aprendizagens escolares porque “a nossa posição cultural impede-nos de avaliar a amplitude das desigualdades no acesso à educação” (p.119).

O seu mote final, para este axioma, provocador, sem dúvida, assenta na necessidade de transformar a nossa cultura e construir uma comunidade verdadeiramente humana, dando oportunidade “às pessoas em situação de deficiência de existir, para além dos preconceitos, favorecendo a expressão do seu potencial, dos seus desejos e da sua palavra” (p.120), o que lhes permitiria viver e existir, ao mesmo tempo.

Para o desenvolvimento do **quinto axioma**: “Todo o ser humano nasce para a equidade e a liberdade”, apresenta-nos, mais uma vez, um poema em que o eu dialoga com o tu, em caminhos desiguais, em combates incessantes de desobstrução da corrente, deitando margem fora os empecilhos.

Começa por nos despertar para a (in)consciência social dos fenómenos discriminatórios, incessantemente reproduzidos, geradores de desigualdades. Atente-se nesta metáfora: “é difícil limpar os óculos, para apreender, sem maquilhar, o que não se deseja ver ou mostrar” (p.121).

Realça dois tipos de discriminações, diretas, resultantes de critérios, legislações, políticas menos favoráveis e indiretas que derivam de carências impulsionadoras de lapidares desvantagens, como a inacessibilidade a locais profissionais, sites informáticos ou ausência de intérprete de língua gestual.

Rejeitando a impossibilidade de acesso, o autor apresenta diversos exemplos de personalidades de África do Sul, do Brasil e dos Estados Unidos, desde advogados, políticos, investigadores, escritores, indivíduos que viram os seus direitos respeitados pela maioria, contrastando com uma perspetiva histórica onde a igualdade e a desigualdade sempre foi abordada de uma forma dúbia. Para Charles Gardou, a negação da singularidade cria uma brecha que não permite responder às exigências da equidade. Defende que a igualdade e a liberdade são pilares que permitem articular o singular e o universal, o

diverso e o comum, fomentando “um *continuum* no itinerário de vida: acessibilidade, autonomia e cidadania; vida afetiva, familiar e sexual; acompanhamento (...) escolarização e formação; atividade profissional; arte e cultura; desportos e tempos livres” (pp.134-135).

Focando a magnitude do conceito da liberdade que permite agir, circular, pensar e exprimir-se livremente, considera que uma sociedade inclusiva redimensiona-se através de uma liberdade individual que comporta o espírito e o corpo, repercutindo-se na liberdade da pessoa. A liberdade de escolha traduz-se no ícone do direito de viver, permitindo uma existência digna, e para alterar o modelo individual e dominante do pensamento dos poderes políticos, Gardou salienta a necessidade de uma visão mais abrangente, que crie condições para uma vida económica, social e cívica, em detrimento de uma adequação particularizada. Refere, e sustenta, que a deficiência necessita de uma abordagem mais coletiva “encontrando, a sua tradução, em termos legais, em qualquer lei e política de direito comum” (p.141) e salienta o alargamento de um espaço público a todos, com instituições e políticas públicas reformadas, através de uma acessibilidade multidimensional e universal. Porém, questiona o sentido da vida, sublinhando que cada pessoa deve dispor da liberdade de realizar, sem constrangimentos, a escolha da sua existência, no sentido de ratificar o quinto axioma “todo o ser humano nasceu para a equidade e liberdade”.

Por fim, o **epílogo**: “Uma sociedade inclusiva é uma sociedade sem privilégios, sem exclusividades nem exclusões” confronta-nos, com mais um pensamento, em forma de poema, mais um diálogo, profundo e muito sentido, que encerra o drama das pessoas em situação de deficiência: a piedade ou a ignorância e a acomodação à invisibilidade...

Gardou, através de uma parábola de Arthur Schopenhauer, aliando a sua grande capacidade de nos questionar, de nos provocar, à extensa cultura antropológica, adverten-nos sobre a complexidade das relações humanas numa sociedade inclusiva: nem proximidade invasiva, nem solidão gélida. O conceito de sociedade inclusiva preconiza uma “boa presença” com o outro, num espaço comum, o que não sendo fácil é possível.

Afirma que, dominada pela matematização, mercantilismo e individualismo, a sociedade que se rege pelo “culto do ter”, onde reinam os interesses individuais, perde credibilidade porque se desumaniza e deixa que o absurdo se instale. Contrariando esta visão, diz-nos que estar incluído é “redefinir e voltar a dar sentido à vida, numa casa comum”, onde “cada um é depositário do que a sociedade tem de mais precioso”, que a humanidade é um mosaico de estranhezas, que “fragilidade e modéstia não é sinónimo de pequenez”, que todos desejam sentir que existem e que a “equidade e a liberdade são o cimento de uma comunidade humana” (p.152). Finaliza afirmando: “Pior que a indignação é a resignação. Pior que os gritos são a acomodação e a indiferença” e apela a que “Nunca se curar com o mal dos outros” (p. 153).

Esta pequena, grande obra de Charles Gardou conduz-nos a uma reflexão de grande profundidade sobre os dramas que vivenciam as pessoas em situação de deficiência, resultantes não tanto da deficiência em si, mas das barreiras que cada um de nós (in) conscientemente cria à sua volta. Faz-nos refletir também sobre a possibilidade/necessidade de serem ultrapassados se vivermos e deixarmos viver em pleno a nossa/sua humanidade e a nossa/sua cidadania. A obra, recheada de metáforas, histórias e provérbios, facilmente faz desencadear sentimentos de culpabilidade, acomodação, ignorância e indiferença, mas também indignação, revolta e mobilização. Interage com cada um de nós, conscientizando-nos do nosso papel na sociedade que co construímos.

O começar cada uma das partes do seu livro com um axioma, uma ideia-chave para a construção de uma sociedade inclusiva, cativa à partida o leitor mas, logo a seguir, propõe-nos mergulhar num poema, um poema que nos obriga a colocarmo-nos na situação do outro e com ele dialogarmos...delicioso. O eu e o outro, sempre em diálogo, com os seus dilemas que são os nossos dilemas. O retomar o axioma, no final de cada parte, é como que o abrir e o fechar, sem ficar fechado, o provocar a continuação da reflexão...

Por tudo isto e pela extensíssima cultura antropológica, recorrendo a autores desde a antiguidade até aos nossos dias, é uma obra que não só vale a pena ler, como é uma obra de referência para todos os que querem e desejam uma sociedade mais humana e mais cidadã.

Elisabete Paulo

Mestre em Educação Especial
Doutoranda em Educação na ULHT
betapaulo@hotmail.com

Isabel Sanches

Doutora em Ciências da Educação,
pela Universidade Lumière (Lyon 2)
Professora Associada na Universidade Lusófona
de Humanidades e Tecnologias
isabelsanches@gmail.com